



NOTA DE REPÚDIO DA AGB AO CONGRESSO NACIONAL FRENTE À EDIÇÃO DE INSTRUMENTOS LEGAIS QUE ATINGEM OS DIREITOS PÉTREOS E APONTAM PARA O GENOCÍDIO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A AGB (Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros), em plenária do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em João Pessoa-PB, vem a público repudiar os instrumentos legislativos produzidos pelo Congresso Nacional em clara articulação com os setores de mineração e do agronegócio que atingem sobejamente os Direitos Pétreos e produzem estratégias de promoção do genocídio dos povos originários. Os instrumentos legislativos que promovem estas estratégias de ataque à segurança e à vida dos povos originários são:

PEC 215/2000 – que objetiva acrescentar às Competências Exclusivas do Congresso Nacional a de aprovação e demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos “indígenas”, bem como a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo ainda regulação por Lei Ordinária os critérios e procedimentos de demarcação.

MP 759/2016 – Lei 13.465/17 que torna possível regularizar áreas contínuas de até 2,5 mil hectares. Este instrumento permite legalizar os processos de grilagem e de ocupação de territórios dos povos originários legitimando as ocupações em áreas de litígio.

A estratégia de consolidar uma MP que objetiva autorizar o arrendamento de terras em Territórios dos Povos Originários, em uma clara estratégia de legitimar apropriações ilegais e colocar os povos originários em situação de fragilidade econômica e de assistência apontando para relações comerciais de terras como estratégias para justificar a retirada de políticas públicas de assistência e seguridade social dos povos originários.

Neste sentido, a AGB salienta o papel das instâncias jurídicas (Defensoria Pública, Procuradoria Geral da República, entre outras) no controle das ações de grupos econômicos que utilizam os processos legislativos inconstitucionais, em clara afronta aos direitos conquistados pela sociedade brasileira e aos princípios firmados em tratados internacionais pelo país, que garantam a autonomia de reprodução econômica e social dos povos originários.

João Pessoa-PB, 07 de julho de 2018.

Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB